

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 6/2023

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACT) que entre si celebram a União, por intermédio da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal e o Ministério Público do Pernambuco.

A **UNIÃO**, representada pela **SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL**, doravante denominada **RECEITA FEDERAL**, inscrita no CNPJ Nº 00.394.460/0083-98, com sede na Avenida Alfredo Lisboa, nº 1152, bairro do Recife, Recife/PE, CEP 50.030-150, neste ato representada pelo Superintendente, **DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PERNAMBUCO**, por meio da **PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA**, doravante denominado **MINISTÉRIO PÚBLICO**, inscrito no CNPJ sob o nº 24.417.065/0001-03, com sede na Rua do Imperador D. Pedro II, nº 473, Santo Antônio, Recife/PE, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **MARCOS ANTÔNIO MATOS DE CARVALHO**, inscrito no CPF sob o nº 497.229.484-15, residente e domiciliado nesta Cidade, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º, incisos I e V, da Lei complementar nº 12, de 27 de dezembro de 1994, com fundamento no Processo SEI MPPE NUP: 19.20.0261.0022196/2021-69,

Considerando o princípio constitucional da prioridade absoluta em favor da criança e do adolescente e o dever constitucional de amparo ao idoso (arts. 227 e 230 da Constituição Federal), especialmente no que diz respeito à preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas, além da destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção (art. 4º, parágrafo único, "c" e "d", da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e art. 3º, §1º, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso e Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010);

Considerando também o dever institucional do **Ministério Público** de defender os direitos sociais e individuais indisponíveis, zelando pelo efetivo respeito por parte dos poderes públicos aos direitos assegurados na Constituição e nas leis (arts. 127, **caput** e 129, II, da Constituição Federal);

Considerando a premente necessidade de fomento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa e de aplicação de suas verbas no desenvolvimento de programas voltados ao atendimento das maiores demandas relativas à garantia dos direitos de crianças e do adolescente e do idoso;

Considerando que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320, de 17 de março de 1964, que trata do orçamento público, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que versa sobre improbidade administrativa, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelecem normas gerais sobre licitações e contratos administrativos e Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas voltadas à responsabilidade fiscal;



Considerando que a divulgação da destinação da parcela dedutível do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza aos fundos dos direitos da criança e do adolescente e aos fundos dos direitos da pessoa idosa, bem como aos programas de incentivo à cultura, à atividade audiovisual e ao esporte é uma das diretrizes relacionadas às atividades de promoção da Educação Fiscal no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), para fins de execução do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), nos termos da Portaria RFB nº 896, de 5 de abril de 2012;

Considerando, finalmente, que a Receita Federal vem desenvolvendo a campanha "Eu Sou Cidadão Solidário", voltada à captação de recursos para os fundos dos direitos da criança e do adolescente e para os fundos dos direitos da pessoa idosa;

RESOLVEM firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACT)**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente ACT tem por objeto a cooperação técnica entre as partes, com o fim de facilitar a atuação integrada, mediante a manutenção de um canal aberto e permanente de comunicação e troca de informações, no sentido da efetivação dos direitos contemplados no ordenamento jurídico brasileiro a favor da população infantojuvenil e idosa, com ênfase na aferição do efetivo respeito à garantia de prioridade absoluta à criança e ao adolescente e ao idoso nos orçamentos públicos e na gestão e regularização dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Para a execução do objeto acordado serão promovidas, quando necessárias, reuniões conjuntas, além de troca de pareceres, instruções e informações concernentes aos respectivos âmbitos de atuação institucional, sem prejuízo da expedição de recomendações aos gestores para o efetivo cumprimento de suas obrigações legais e constitucionais para com a população infantojuvenil e idosa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA RECEITA FEDERAL

Cabe à RECEITA FEDERAL:

- I. Informar, anualmente, ao **MINISTÉRIO PÚBLICO** a situação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Pernambuco e daqueles vinculados aos seus municípios;
- II. Apurar e informar ao **MINISTÉRIO PÚBLICO** eventuais valores globais destinados para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e para o Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Pernambuco ou para os dos seus municípios, referentes à parcela dedutível do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e pagos ao longo de um ano-calendário, nos termos do Inciso II, do art. 260, da Lei nº 8.069, de 1990, ECA e art. 2º-A da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de

2010;

- III. Apurar e informar ao **MINISTÉRIO PÚBLICO** eventuais valores globais destinados para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e para o Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Pernambuco ou para os dos seus municípios, referentes à parcela dedutível do Imposto sobre a Renda, pagos por pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, nos termos do inciso I, do artigo 260, da Lei nº 8.069, de 1990 - ECA e Parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010;
- IV. Realizar, em conjunto com **MINISTÉRIO PÚBLICO**, projetos, programas e eventos que tenham por finalidade a criação, organização, regularização e manutenção de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como dos respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa;
- V. Realizar a campanha "Eu Sou Cidadão Solidário" em conjunto com **MINISTÉRIO PÚBLICO** e eventuais outras instituições.

Parágrafo Único. As informações a que se refere o inciso I são as seguintes:

- a) Relação dos fundos dos direitos da criança e do adolescente inscritos no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ e **APTOS** a receber destinações diretamente na Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física - DIRPF no exercício imediatamente seguinte àquele ao qual se referem as informações;
- b) Relação dos fundos dos direitos da pessoa idosa inscritos no CNPJ e **APTOS** a receber destinações diretamente na DIRPF no exercício imediatamente seguinte àquele ao qual se referem as informações;
- c) Relação de fundos dos direitos da criança e do adolescente inscritos no CNPJ, mas **NÃO APTOS** a receber destinações diretamente na DIRPF no exercício imediatamente seguinte àquele ao qual se referem as informações;
- d) Relação de fundos dos direitos da pessoa idosa inscritos no CNPJ, mas **NÃO APTOS** a receber destinações diretamente na DIRPF no exercício imediatamente seguinte àquele ao qual se referem as informações;
- e) Municípios sem Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente inscrito no CNPJ;
- f) Municípios sem Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa inscrito no CNPJ.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Cabe ao MINISTÉRIO PÚBLICO:

- I. Apurar eventuais irregularidades decorrentes do descumprimento do princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente e ao idoso, nos termos previstos neste ACT, promovendo as medidas administrativas e judiciais cabíveis para o efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados à população infantojuvenil e à população idosa;
- II. Atuar visando à responsabilização daqueles que incorrem na prática de ilícitos, inclusive os decorrentes da Lei nº 8.429, de 1992, tornando efetivo o cumprimento dos dispositivos legais correspondentes;
- III. Zelar pela garantia da materialização dos comandos legais e o cumprimento de suas regras pelos gestores públicos, proporcionando o pleno exercício dos direitos da população infantojuvenil e da idosa;
- IV. Colaborar com a **RECEITA FEDERAL** no sentido de fornecer aos gestores públicos as orientações e recomendações necessárias ao efetivo cumprimento de suas obrigações legais e constitucionais para com a população infantojuvenil e para com a idosa;
- V. Fiscalizar, em cada Comarca, a aplicação dos incentivos fiscais referidos no art. 260 do ECA pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos incentivos fiscais referidos na Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- VI. Colaborar com a **RECEITA FEDERAL** na execução da campanha "Eu Sou Cidadão Solidário".

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

As partes se obrigam mutuamente a:

- I. Criar e executar projetos, programas ou eventos que tenham por finalidade a criação, organização, regularização e manutenção de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como dos respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa;
- II. Realizar, em cada exercício, durante o período de entrega da DIRPF a campanha "Eu Sou Cidadão Solidário".
- III. Monitorar os resultados da execução deste ACT;
- IV. Responsabilizar seus colaboradores, servidores ou prepostos por quaisquer danos que porventura venham a ser causados ao patrimônio da outra parte e como decorrentes da execução deste ACT;

- V. Permitir aos agentes da administração pública que exerçam controle interno ou externo o acesso a todos os documentos relacionados a este ACT e aos elementos de sua execução;
- VI. Manter sigilo das informações sensíveis obtidas em razão da execução deste ACT, somente as divulgando se houver expressa autorização dos partícipes, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. A quebra do sigilo das informações mencionadas no caput, fora das hipóteses expressamente autorizadas, sujeitará o infrator às sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação pertinente.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

O ACT ora em questão deverá ser executado fielmente pelas partes, de conformidade com as Cláusulas pactuadas e a legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CUSTOS E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução deste ACT, devendo cada qual arcar com os custos próprios inerentes às obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente ACT terá vigência por 60 (sessenta) meses, com início a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - DA PRORROGAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

O presente ACT poderá ser prorrogado a critério das partes, sendo que quaisquer alterações serão objeto de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente ACT poderá ser denunciado ou rescindido, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante denúncia expressa de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações referentes ao tempo em que participaram do ACT, sem prejuízo das atividades que estiverem em desenvolvimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

- I. Cabe à **RECEITA FEDERAL** a publicação deste ACT, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme disciplinado no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- II. Cabe ao **MINISTÉRIO PÚBLICO** a publicação deste ACT, por extrato, no Diário Oficial Eletrônico

do Ministério Público de Pernambuco, conforme disciplinado no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco para dirimir eventuais questões advindas do presente ACT e que não possam ser dirimidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo nominadas.



DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO
Superintendente



MARCOS ANTÔNIO MATOS DE CARVALHO
Procurador-Geral de Justiça

Testemunhas:

Gilberto Mendes Rios
CPF: 519.942.327-49

Pompeu Lustosa Cantarelli Marroquim
CPF: 198.040.084-91

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 6/2023**ANEXO I****PLANO DE TRABALHO****1. DADOS CADASTRAIS**

PARTÍCIPE 1:	UNIÃO, representada pela SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL-RFB		
CNPJ:	00.394.460/0083-98		
ENDEREÇO:	Avenida Alfredo Lisboa, nº 1152, bairro do Recife		
	Cidade: Recife Estado: PE CEP: 50.030-150		
DDD/Fone:	(81) 3797-5585		
Esfera Administrativa	Federal		
Nome do Responsável:	DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO		
CPF:	***.678.393-***		
Cargo	Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil	Função:	Superintendente
Endereço:	Rua Vigário Barreto, nº 127, apto 701, Graças		
	Cidade: Recife Estado: PE CEP: 52.020-140		

PARTÍCIPE 2:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO-MPPE
---------------------	--

CNPJ:	24.417.065/0001-03
ENDEREÇO:	Rua do Imperador D. Pedro II, nº 473 – Santo Antônio
	Cidade: Recife Estado: PE CEP: 50.010-240
DDD/Fone:	(81) 3182-7000
Esfera Administrativa	Estadual
Nome do Responsável:	MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO
CPF:	***.229.484-***
Cargo/Função	Procurador-geral de Justiça
Endereço:	Rua do Imperador D. Pedro II, nº 473 – Santo Antônio
	Cidade: Recife Estado: PE CEP: 50.010-240

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Cooperação técnica entre as partes, com o fim de facilitar a atuação integrada, mediante a manutenção de um canal aberto e permanente de comunicação e troca de informações, no sentido da efetivação dos direitos contemplados no ordenamento jurídico brasileiro a favor da população infantojuvenil e idosa, com ênfase na aferição do efetivo respeito à garantia de prioridade absoluta à criança e ao adolescente e ao idoso nos orçamentos públicos e na gestão e regularização dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa.

3. PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A atuação integrada entre as partes é ação de curso contínuo, podendo ser iniciada a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica do qual este PLANO DE TRABALHO é parte integrante.

4. ABRANGÊNCIA

As ações integradas a serem desenvolvidas pelas partes abrangerá o território do Estado de Pernambuco, sendo aplicadas aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa dos municípios em que se fizerem necessárias ou úteis, bem como aos mesmos Conselhos do próprio Estado de Pernambuco.

5. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

A Receita Federal do Brasil realizará, continuamente, oficinas com o objetivo de regularizar os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou os Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa dos municípios que integram o Estado de Pernambuco, bem como os mesmos fundos do próprio Estado de Pernambuco.

O Ministério Público do Estado de Pernambuco fomentará a participação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou dos Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa dos municípios que integram o Estado de Pernambuco, bem como os mesmos fundos do próprio Estado de Pernambuco, nas oficinas a serem promovidas pela Receita Federal do Brasil.

6. ETAPAS

Eixos	Ação	Responsável	Prazo
Informações para o MINISTÉRIO PÚBLICO	Envio para o MINISTÉRIO PÚBLICO de uma relação dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Fundos dos direitos da Pessoa Idosa inscritos no CNPJ e APTOS a receberem destinações diretamente na DIRPF do exercício imediatamente seguinte àquele ao qual se referem as informações.	RECEITA FEDERAL	Até o último dia útil do mês fevereiro do do exercício ao qual se referem as informações.
	Envio para o MINISTÉRIO PÚBLICO de uma relação dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa inscritos no CNPJ, porém INAPTOS a receberem destinações diretamente na DIRPF do exercício imediatamente seguinte àquele ao qual se referem as informações.	RECEITA FEDERAL	Até o último dia útil do mês fevereiro do do exercício ao qual se referem as informações.
	Envio para o MINISTÉRIO PÚBLICO de uma relação dos municípios cujos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa NÃO POSSUEM INSCRIÇÃO no CNPJ.	RECEITA FEDERAL	Até o último dia útil do mês fevereiro do do exercício ao qual se referem as informações.
Oficinas de Regularização de Fundos	Seleção dos Municípios cujos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa se encontram inscritos no CNPJ, porém INAPTOS a receberem destinações diretamente na DIRPF do exercício imediatamente seguinte àquele ao qual se referem as informações, para fins de realização de oficinas de regularização.	RECEITA FEDERAL	de julho a setembro
	Seleção de Municípios cujos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa não possuem inscrição no CNPJ, para fins de realização de oficinas de regularização.	RECEITA FEDERAL	de julho a setembro

	Convite aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa cujos Fundos se encontram INAPTOS para receberem destinações diretamente na DIRPF ou Conselhos cujos Fundos não possuem inscrição no CNPJ, para que participem das oficinas de regularização.	RECEITA FEDERAL e MINISTÉRIO PÚBLICO	de julho a setembro
	Envio de relação para o MINISTÉRIO PÚBLICO contendo os Conselhos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa que não aceitaram participar das oficinas para regularizar seus respectivos Fundos.	RECEITA FEDERAL	de julho a setembro
	Realização das oficinas de regularização de Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou de Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa, com a finalidade de que se tornem APTOS para receberem destinações diretamente na DIRPF.	RECEITA FEDERAL	de julho a setembro
Campanha "Eu Sou Cidadão Solidário"	Realização de palestras e outros eventos orientativos e de estímulo para que as pessoas físicas efetuem destinações para Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos dos Direitos do Idoso diretamente na DIRPF ou para que as pessoas físicas ou jurídicas destinem recursos para os mesmos Fundos, ao longo do ano-calendário.	RECEITA FEDERAL e MINISTÉRIO PÚBLICO	Durante o prazo de entrega da DIRPF.

7. METAS A SEREM ATINGIDAS

A situação atual dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa dos municípios do Estado de Pernambuco é a que se encontra a seguir apresentada:

Estado	Fundo	Quant. de Municípios	Quant. de Fundos Aptos na DIRPF2023	Quant. de Fundos com CNPJ, mas INAPTOS	Quant. de Municípios sem Fundos no CNPJ
Pernambuco	Criança	184	92	29	63
	Idoso		63	1	120
Total de Fundos - expectativa (Criança e Idoso)		368	155	30	183
Exercício de Referência: 2023					

Nota: Os números acima apresentados têm como fonte a Nota Técnica Codar nº 62, de 25 de agosto de 2023. Portanto, há possibilidade de algum Município ter efetuado a regularização de seu respectivo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente ou Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa após a publicação dessa Nota Técnica.

Considerando tais números e o cenário de dificuldades até então encontrado no processo de regularização de um Fundo, seja ele da Criança e do Adolescente ou da Pessoa Idosa,



sobretudo quanto à ausência de documentos fundamentais para o processo e, em alguns casos, até mesmo a ausência de Leis municipais criadoras deles, estabelecemos as metas a seguir:

Fundo	Quant. Atual(*)	Metas de Regularização de Fundos					Meta Total
		Para o Exercício de 2024	Para o Exercício de 2025	Para o Exercício de 2026	Para o Exercício de 2027	Para o Exercício de 2028	
Criança	92	8	12	21	21	30	92
Idoso	121	12	20	25	30	34	121

(*) Quant. de Fundos com CNPJ, mas INAPTOS + Quant. de Fundos sem CNPJ

8. TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes. Os serviços decorrentes do ACORDO serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações por tais serviços.

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes e serão desembolsadas na medida em que houver a execução das ações necessárias ao pleno cumprimento do ACORDO.

10. UNIDADE RESPONSÁVEL e GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

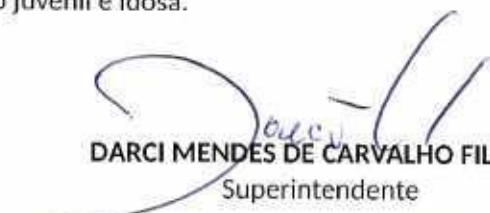
Partícipe 1:	UNIÃO
Unidade Responsável:	SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL
Gestor do Acordo de Cooperação Técnica:	
Nome do Servidor:	Gilberto Mendes Rios
CPF:	***.942.327-***
Cargo:	Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Matrícula Siape:	14539624

Partícipe 2:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO-MPPE
--------------	---

Unidade Responsável:	CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
Gestor do Acordo de Cooperação Técnica:	
Nome do Servidor:	ALINE ARROXELAS GALVÃO DE LIMA
CPF:	***.051.154 -***
Cargo:	Promotora de Justiça
Matrícula:	189.126-0
Unidade Responsável:	CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE DEFESA DA CIDADANIA
Gestor do Acordo de Cooperação Técnica:	
Nome do Servidor:	FABIANO DE MELO PESSOA
CPF:	***.745.604 -***
Cargo:	Promotor de Justiça
Matrícula:	189.120-0

11. RESULTADOS ESPERADOS

Elevação do volume de recursos financeiros captados por meio dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa, como meio de propiciar a execução das políticas públicas voltadas ao atendimento das maiores demandas relativas à população infanto juvenil e idosa.



DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO
Superintendente



MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO
Procurador-Geral de Justiça



Receita Federal

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001

Histórico de atividades sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por:

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO em 22/12/2023

GILBERTO MENDES RIOS em 22/12/2023

POMPEU LUSTOSA CANTARELLI MARROQUIM em 06/02/2024

MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO em 17/01/2024.

Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

b) Entre no menu "Legislação e Processo"

c) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais"

d) Digite o código abaixo:

AD22.1223.10416.3942

Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:

DzSI7bT8qmhKrXkXHUrGBEhVX5cmOrsghC/u5XuU5Sg=